

REALIDADE DO SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE



Água



Esgoto
Sanitário



Resíduos
Sólidos



Drenagem



INSTITUTO FEDERAL
Rondônia



Fundação
Nacional
de Saúde



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



PROJETO
**SABER
VIVER**

Construindo Planos Municipais
de Saneamento Básico - PMSBs

TED N° 08/2017



Construindo Planos Municipais
de Saneamento Básico -PMSBs

TED N° 08/2017



INSTITUTO FEDERAL
Rondônia



Fundação
Nacional
de Saúde



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

OUTUBRO DE 2021



TED N° 08/2017

Ronilson de Oliveira

Coordenador-Geral

Ricardo Teixeira G. de Andrade

Supervisor de Estudos Sociais

Antônio dos Santos Júnior

Coordenador técnico

Tatiana de Macedo Costa

Supervisora de Engenharia

Saulo Souza de Macedo

Gerente de Projetos

Gedeli Ferrazzo

Supervisora de Comunicação

Equipe de Pesquisadores

Profissionais Auxiliares em Comunicação

Débora Cristina Castro de Sousa

Núcleo Machado

Eloísa Santana Paz

Núcleo Guaporé-Mamoré

APRESENTAÇÃO

O saneamento básico é um direito assegurado pela Constituição de 1988 e reiterado pela Lei nº. 11.445/2007, a qual prevê a universalização dos serviços de saneamento básico, para que todos os cidadãos tenham acesso a: **água de qualidade e quantidade; coleta e tratamento dos esgotos, destinação adequada do lixo e escoamento das águas da chuva.**

Entretanto, para promover a universalização do saneamento básico, todos os municípios devem elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), documento construído com a participação da sociedade, que define as metas no horizonte de 20 anos para a universalização do saneamento básico.

Assim, o primeiro passo para a definição das metas é conhecer a realidade do saneamento básico no município. Com esse propósito, no segundo semestre de 2019 foi realizado o **diagnóstico técnico-participativo** da situação dos serviços de saneamento básico no município e de seus impactos nas condições de vida da população.

Para a realização do diagnóstico técnico-participativo, foram realizados **eventos setoriais e entrevistas** com a população urbana e rural, a fim de captar a percepção social, as demandas e aspirações da população. A metodologia aplicada na realização das entrevistas se estabeleceu por amostragem representativa de uma população, valendo-se de instrumentos formais para coleta e análise dos dados. Para isso, foram visitadas 120 residências na área urbana (média de 3,11 moradores por domicílio) e 112 na área rural (média de 3,30 moradores por domicílio), totalizando uma amostragem de 743 indivíduos. Já no enfoque técnico foram levantados e confrontados os indicadores de saúde, epidemiológicos, ambientais, hidrológicos e socioeconômicos de todas as áreas do município.

Dessa forma, essa cartilha apresenta uma síntese do diagnóstico técnico-participativo do Saneamento Básico de Alta Floresta d'Oeste, no que se refere aos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, drenagem das águas da chuva,

coleta e destinação do lixo, bem como o impacto da ausência ou presença desses serviços nas condições de vida da população.

Por fim, vale ressaltar que, as ações de saneamento básico estão interligadas à promoção da saúde da população, por isso é importante discutir, propor, planejar e monitorar as ações sanitárias do seu município.

Participe da construção do Plano Municipal de Saneamento Básico de Alta Floresta d'Oeste!

SUMÁRIO

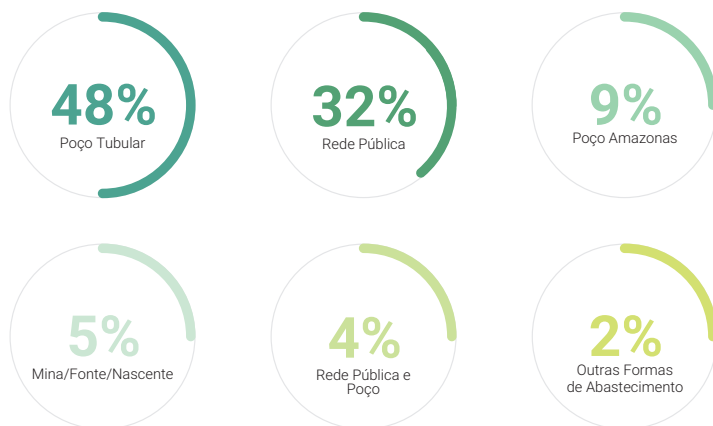
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	08
ESGOTAMENTO SANITÁRIO	12
DRENAGEM DAS ÁGUAS DAS CHUVAS	16
LIXO	18
SAÚDE	22
REFERÊNCIAS	28

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

1. COMO É O SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO?

De acordo com pesquisa realizada com os moradores da área urbana de Alta Floresta d'Oeste, **48%** utilizam poço tubular, **32%** utilizam água distribuída pela rede pública (SAAE) **9%** utilizam água de poço Amazonas, **5%** utilizam água de mina/fonte/nascente, **4%** utilizam duas formas de abastecimento (rede pública e poço) e **2%** utilizam outras formas de abastecimento (gráfico 1).

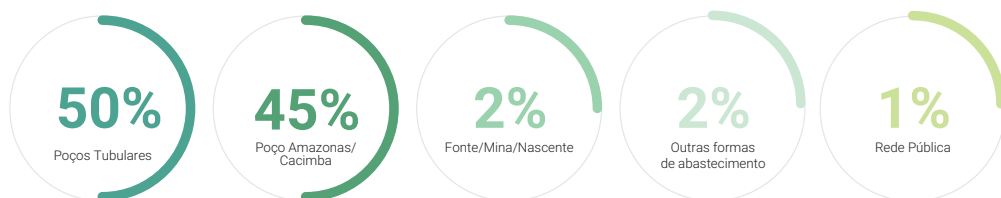
GRÁFICO 1 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ÁREA URBANA (SEDE) DO MUNICÍPIO



Fonte: Projeto Saber Viver (2021) – TED 08/2017 IFRO/FUNASA.

Na área rural do município, **50%** utilizam poços tubulares, **45%** responderam que utilizam água de poços Amazonas/cacimba, **2%** utilizam água de fonte/nascente, **2%** utilizam outras formas de abastecimento e **1%** utiliza água da rede pública, conforme o gráfico 2.

GRÁFICO 2 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO.



Fonte: Projeto Saber Viver (2021) – TED 08/2017 IFRO/FUNASA.

2. QUAL É A QUALIDADE DA ÁGUA QUE CHEGA A SUA CASA?

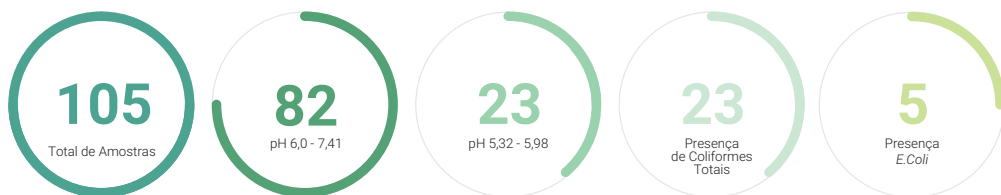
A Portaria nº 2.914/2011 do Ministério da Saúde estabelece que seja verificada, na água para consumo humano para garantir sua potabilidade, a ausência de coliformes totais e *Escherichia coli*, e determinada a contagem de bactérias heterotróficas. Esses são indicadores microbiológicos mais utilizados para associar riscos à saúde frente à possível contaminação da água. A presença de coliformes totais e *E. coli*, na água, é uma evidência de que ela está poluída com fezes humanas ou de outros animais de sangue quente.

De acordo com o SISAGUA (2019), das 105 amostras coletadas do **Sistema de Abastecimento de Água (SAA)**, em 23 amostras foram identificadas a “presença” de coliformes totais e em 5 amostras foram identificadas a “presença” de *Escherichia coli*. No que se refere ao pH, foram identificadas 23 amostras com valores fora dos padrões indicados pela Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017, que recomenda o pH da água no sistema de distribuição na faixa de 6,0 a 9,5 (gráfico 3).

No Distrito de Rolim de Moura do Guaporé, recentemente foi instalado, no ano de 2020, uma unidade do projeto SALTA-Z para atender a população. O Salta -Z atende 100% da população aglomerada do Distrito.

Para a área rural, a Secretaria Municipal de Saúde (SEMSAU), através dos agentes de saúde, fornece hipoclorito de sódio para ser adicionado na água.

GRÁFICO 3 - DADOS DAS AMOSTRAS COLETADAS EM 2019-SAA



Fonte: Projeto Saber Viver (2021) – TED 08/2017 IFRO/FUNASA.

UNIDADE SALTA-z DO DISTRITO DE ROLIM DE MOURA DO GUAPORÉ



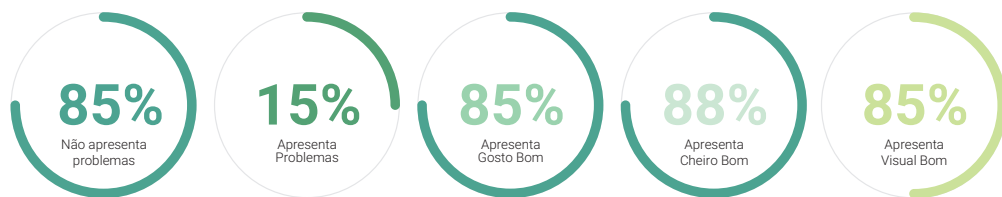
Fonte: Comitê Executivo de Alta Floresta d'Oeste.

3. QUAIS SÃO OS PROBLEMAS RELACIONADOS AO ABASTECIMENTO DE ÁGUA:

A maioria das pessoas utilizam poços e há o risco muito grande de que a água esteja contaminada. O abastecimento de água através do SAAE está em fase de ampliação, visto que a rede existente foi dimensionada para um público menor, e com a expansão da cidade, algumas localidades não são atendidas e em outras há interrupções no sistema de abastecimento várias vezes no dia.

Cerca de **15%** dos entrevistados afirmaram que o abastecimento da residência apresenta problemas quanto à qualidade da água e frequência do fornecimento, enquanto aproximadamente **85%** dos domiciliares afirmaram não ter problemas com a água. Foram utilizadas as variáveis gosto, visual e cheiro para se analisar a qualidade da água. **85%** afirmam que o gosto é sempre bom, **85%** afirmam que o visual é sempre bom e **88%** afirmam que o cheiro é sempre bom.

GRÁFICO 4 - PROBLEMAS RELACIONADOS AO ABASTECIMENTO DA ÁGUA



Fonte: Projeto Saber Viver (2021) – TED 08/2017 IFRO/FUNASA.

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

4. QUAL É A DESTINAÇÃO DO ESGOTO SANITÁRIO NO MUNICÍPIO?

No Município de Alta Floresta d'Oeste **não constam sistemas coletivos para coleta, tratamento ou destino de efluentes**. Desta forma, a população realiza a destinação do esgoto por meio de fossas rudimentares. A tabela 1 exemplifica em números relacionando os domicílios com o tipo de esgoto.

TABELA 1 – TIPOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM ALTA FLORESTA D'OESTE

TIPO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	SEDE MUNICIPAL E DISTRITOS	ÁREA RURAL	TOTAL
Domicílios Particulares Existentes	6.916	4.508	11.426
Rede geral de esgoto ou pluvial	57	0	57
Fossa Séptica	50	35	85
Fossa Rudimentar	6.185	3.219	9.404
Esgoto a céu aberto	14	51	65
Lançamento em rio, lago ou mar	0	5	5
Outras Formas	90	50	140
Não Informado	520	1.148	1.668

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Alta Floresta d'Oeste (2019).

Através da tabela 1, é possível verificar que a maioria dos domicílios no Município faz uso de **Fossas Rudimentares**, tanto na sede municipal, distritos e área rural.

5. QUAIS SÃO OS PROBLEMAS RELACIONADOS AO ESGOTO SANITÁRIO?

A principal deficiência encontrada no município é a **ausência de sistema de esgotamento sanitário**, obrigando os moradores a optarem por soluções individuais de destinação de seus efluentes, em sua maioria, fossas rudimentares. Este panorama se aplica para a sede, distritos e área rural no município. Dessa forma, as moradias são áreas que apresentam potenciais riscos de contaminação por esgotos, principalmente no solo e águas subterrâneas.

FOSSA RUDIMENTAR E FOSSA SÉPTICA PRESENTES NO MUNICÍPIO



Fonte: Projeto Saber Viver (2021), IFRO/FUNASA (TED 08/2017).

Como o esgoto gerado pela população, em sua maioria, é destinado para fossas rudimentares, é comum encontrar alguns desses dispositivos em condições de infraestrutura precárias, situação essa que contribui para a propagação de doenças e vetores no local, além de oferecer perigo de acidentes aos residentes de seu entorno, como crianças e idosos, que ocasionalmente podem desatentar-se a situação.

FOSSAS RUDIMENTARES EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO



Fonte: Projeto Saber Viver (2019), IFRO/FUNASA (TED 08/2017).

O município também apresenta problemas em relação a ligações clandestinas de lançamento em dispositivos de drenagem. Segundo os moradores do município, essa prática é adotada devido à ausência do sistema de esgotamento sanitário e de empresas limpafossas na cidade.

LANÇAMENTO CLANDESTINO DE ESGOTO EM DISPOSITIVOS DE DRENAGEM



Fonte: Projeto Saber Viver (2019), IFRO/FUNASA (TED 08/2017).

DRENAGEM DAS ÁGUAS DA CHUVA

6. O MUNICÍPIO POSSUI SISTEMA DE ESCOAMENTO DAS ÁGUAS DA CHUVA?

Na sede municipal de Alta Floresta d'Oeste existe sistema de Microdrenagem e Macro drenagem para escoamento das águas da chuva. Em levantamento de campo, observou-se que a macrodrenagem do município é formada por canais naturais como fundos de vale e córregos, com a presença de galerias de travessias e pontes. Já o sistema de microdrenagem é composto por meios-fios, sarjetas, poços de visita, bocas de lobo e suas respectivas galerias e emissários.

Nos seis distritos e na área rural não existe pavimentação asfáltica, com isso, não existem dispositivos de microdrenagem.

MACRODRENAGEM EXISTENTE NA SEDE MUNICIPAL. GALERIA DE CONCRETO E PONTE DE MADEIRA, RESPECTIVAMENTE



Fonte: Projeto Saber Viver (2019), IFRO/FUNASA (TED 08/2017).

COMPONENTES DE MACRODRENAGEM EXISTENTES NOS DISTRITOS MARCÃO, NOVA GEASE E SANTO ANTÔNIO D'OESTE, RESPECTIVAMENTE



Fonte: Projeto Saber Viver (2019), IFRO/FUNASA (TED 08/2017).

DETALHAMENTO DA MICRODRENAGEM EM VIA PAVIMENTADA NA SEDE DO MUNICÍPIO



Fonte: Projeto Saber Viver (2021), IFRO/FUNASA (TED 08/2017).

AUSÊNCIA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO DISTRITO FILADÉLFIA D'OESTE



Fonte: Projeto Saber Viver (2021), IFRO/FUNASA (TED 08/2017).

7. QUAIS SÃO OS PROBLEMAS RELACIONADOS A DRENAGEM QUE AFETAM A POPULAÇÃO?

Os principais problemas relacionados com o manejo das águas pluviais são relacionados a ausência de dispositivos de microdrenagem. Quando não existe uma infraestrutura adequada, é comum ocorrer o alagamento de vias em períodos chuvosos. Os problemas de ruas alagadas acontecem anualmente no período chuvoso entre os meses de setembro a maio, causando buracos, enxurradas, ruas alagadiças.

RUAS ALAGADAS NA SEDE MUNICIPAL: AV. AMAZONAS E AV. SÃO PAULO, RESPECTIVAMENTE



Fonte: Projeto Saber Viver (2021), IFRO/FUNASA (TED 08/2017).

Outros problemas são o assoreamento nos pontos de lançamento das águas pluviais e nos corpos de água e erosão do solo nas vias, causando o comprometimento da pavimentação das ruas e a ausência de manutenção da infraestrutura existente. Em muitos locais foi possível observar a depreciação e o entupimento de bocas de lobo devido ao acúmulo de lixo, o que pode dificultar o escoamento dos excessos de chuva.

EROSÃO E ASSOREAMENTO DOS SOLOS NAS VIAS



Fonte: Projeto Saber Viver (2019), IFRO/FUNASA (TED 08/2017).

BOCAS DE LOBO DEPRECIADAS E COM ACÚMULO DE LIXO



Fonte: Comitê Executivo (2021).

8. QUAL É O DESTINO FINAL DO LIXO COLETADO NO MUNICÍPIO?

No Município de Alta Floresta d'Oeste, o lixo é coletado pela Prefeitura através da Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEMIE). A coleta é feita em toda área urbana e no Distrito Rolim de Moura do Guaporé. A destinação final do lixo é o Aterro Sanitário da empresa MFM Soluções Ambientais e Gestão de Resíduos LTDA (localizado no Município de Cacoal/RO).

Nos Distritos de Izidolândia e Rolim de Moura do Guaporé foram identificados pequenos lixões, ação que vai contra o artigo 47 da lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010, onde fica proibido o lançamento *in natura* e queima a céu aberto de resíduos sólidos ou rejeitos.

Nos demais distritos e na área rural, como não há coleta, o lixo costuma ser queimado e/ou enterrado.

ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS DOMICILIARES NA SEDE DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE E NO DISTRITO ROLIM DE MOURA DO GUAPORÉ, RESPECTIVAMENTE



Fonte: Projeto Saber Viver (2019), IFRO/FUNASA (TED 08/2017).

PEQUENO LIXÃO NO DISTRITO DE IZIDOLÂNDIA



Fonte: Projeto Saber Viver (2019), IFRO/FUNASA (TED 08/2017).

ÁREA DE TRANSBORDO COM CONTAINERS ONDE SÃO DEPOSITADOS OS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES COLETADOS NO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE



Fonte: Comitê Executivo de Alta Floresta D'Oeste (2021).

9. EXISTE COLETA SELETIVA (RECICLÁVEIS) NO MUNICÍPIO? QUAL É O DESTINO DADO PELA POPULAÇÃO PARA OS MATERIAIS RECICLÁVEIS?

O Município de Alta Floresta d'Oeste não possui programa de coleta seletiva ou diferenciada de resíduos sólidos. Desta forma, os resíduos são coletados juntamente e transportados até o Aterro Sanitário do Município de Cacoal/RO.

10. COMO SE ESTABELECE O GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS?

O município de Alta Floresta d'Oeste não possui Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PMGIRS). A tabela 02 apresenta o gerenciamento da coleta dos vários tipos de resíduos produzidos pelo município.

TABELA 2 - DESCRIÇÃO DO GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS

RESÍDUOS	URBANO (sede e distritos)	RURAL
Doméstico	Coleta: Coletado pela prefeitura. Destinação: Aterro Sanitário do Município de Cacoal/RO.	Queimado/ Enterrado
Construção Civil	Coleta: Não existe gestão específica. Segundo a Prefeitura Municipal, esses resíduos são coletados uma vez por ano, em um mutirão de limpeza. Destinação: Quando coletados pela população, normalmente são depositados em áreas inadequadas. Em alguns casos, os moradores reutilizam os resíduos de construção civil para aterramento. Quando coletado pela Prefeitura, esses resíduos são depositados na área do antigo lixão. No Município existe uma empresa privada que realiza a coleta, transporte e destinação final desses resíduos. Os materiais são reaproveitados para aterramento.	
Comercial	Coleta: Responsabilidade do próprio gerador. Destinação: Os resíduos perigosos gerados na Oficina de Motos são coletados, transportados e tratados pela empresa PRESERVA. Os pneus inutilizáveis gerados na Oficina de Motos e na Borracharia são doados. Os resíduos orgânicos gerados no Açougue são doados para um produtor rural do Município e são utilizados para fazer ração. Os resíduos comuns são coletados pela Prefeitura Municipal e são destinados ao Aterro Sanitário de Cacoal.	
Hospitalar	Coleta do Serviço Público e privado: Coletado pela empresa privada Preserva Soluções LTDA. Destinação do Serviço Público e privado: A Preserva efetua os serviços de coleta, transporte, incineração, reciclagem (não contaminados) e destinação final dentro das normas vigentes.	
Industrial	Coleta: Responsabilidade do próprio gerador. Atualmente, as atividades industriais do município são uma agroindústria de processamento de peixes, um frigorífico, uma marcenaria e uma agroindústria de fabricação de pamonha. Destinação: Os resíduos orgânicos da agroindústria de fabricação de pamonha são destinados para produtores rurais vizinhos, que utilizam para alimentar os animais. Os resíduos orgânicos da agroindústria de fabricação de peixes são coletados e tratados por uma empresa, onde são reaproveitados. Os resíduos gerados pelo frigorífico são couro e sebo. O couro é destinado para uma empresa no Município de Porto Velho, e o sebo é destinado para uma empresa no Município de Ji-Paraná, onde são tratados e reaproveitados. Os resíduos líquidos são tratados na área do frigorífico, em Alta Floresta d'Oeste. Os resíduos gerados na marcenaria, (pó de serra e lenhas) são destinados e reutilizados por empresas da região.	
Agrossilvopastoril	Coleta: Em Alta Floresta d'Oeste não existe nenhum posto de recolhimento de embalagens vazias de agrotóxicos. Atualmente, o IDARON realiza campanhas de coleta de embalagens de agrotóxicos no município, sendo responsabilidade do produtor rural levar as embalagens até os pontos de coletas mais próximos. Destinação: Os resíduos dos postos de recolhimentos da região, são destinados para a Associação de Revendas de Produtos Agropecuários (ARPACRE) em Cacoal. As embalagens são compactadas e enviadas para o estado de São Paulo, onde são encaminhados para reciclagem ou incineração.	

Fonte: Projeto Saber Viver (2021), IFRO/FUNASA (TED 08/2017).

A saúde da população sofre de forma direta com a falta de saneamento básico. A má qualidade da água, destino inadequado do lixo, deposição de dejetos em locais inapropriados e ambientes poluídos são decorrentes da falta de saneamento e estas situações favorecem a proliferação de doenças, tais como: Leptospirose, Disenteria Bacteriana, Esquistossomose, Febre Tifóide, Cólera, Parasitoides, além do agravamento das epidemias tais como a Dengue, Zika, Chikugunya. A seguir, apresentamos os índices das ocorrências das doenças relacionadas à falta de saneamento básico.

11. QUAL É O ÍNDICE DA POPULAÇÃO ATINGIDA POR DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS PELA FALTA DE SANEAMENTO BÁSICO?

As doenças infectocontagiosas com ocorrência no município que decorrem da deficiência dos serviços de saneamento básico estão listadas na tabela 03, onde são apresentados os dados oficiais divulgados pelo governo.

TABELA 3 - OCORRÊNCIAS DE DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS RELACIONADAS À CARÊNCIA DE SANEAMENTO BÁSICO EM ALTA FLORESTA D'OESTE.

DOENÇA INFECTOCONTAGIOSA	CASOS	ANO DE OCORRÊNCIA	FONTE DE DADOS
Dengue	174	2019	AGEVISA, 2019
Zika	2	2019	AGEVISA, 2019
Chikungunya	5	2019	AGEVISA, 2019
Malária	2	2019	MS, 2019.
Diarreia	2	2019	DATASUS, 2019
Leishmaniose Tegumentar Americana	21	2019	DATASUS, 2019

Fonte: Adaptado de AGEVISA, MS e Alta Floresta d'Oeste (2019).

Segundo a Agência Estadual de Vigilância em Saúde-AGEVISA/RO (2019), Costa Marques se configura como área de risco quanto ao controle vetorial do mosquito *Aedes aegypti*, de acordo com o Levantamento Rápido de Índices de Infestação do *Aedes aegypti* - LIRAA de outubro de 2019, que indica um índice de infestação predial (iip) de 8,6.

MAPEAMENTO DE INFESTAÇÃO POR *AEDES AEGYPTI* EM ALTA FLORESTA D'OESTE

LIRAA: IIP –1,6 (RISCO); CRIADOUROS PREDOMINANTES (D2): LIXO, RECIPIENTES PLÁSTICOS, LATAS, SUCATAS, ENTULHOS.

DOENÇA	SUSPEITA	DESCARTADO	DESCARTADO	CONDIÇÃO EPIDEMIOLÓGICA
Dengue	334	114	174	Surto
Zika	6	4	2	Satisfatório
Chikungunya	9	4	5	Satisfatório
Febre Amarela	0	0	0	Satisfatório

Fonte: Adaptado da AGEVISA (2019).

Segundo o levantamento realizado pela equipe do Projeto Saber Viver, quando perguntados se alguém da residência apresentou, nos últimos meses, alguma doença ou algum tipo de problema que possa estar relacionado com a falta de saneamento básico, na área urbana, 26% dos entrevistados responderam “sim”, especificando doenças como verminose, diarreia e dengue. Na análise da área rural, 28% responderam “sim”, especificando diarreia, verminoses e dengue.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007: Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.** Brasília: Presidência, 2007.

BRASIL. **Presidência da República. Decreto 7.217, de 21 de junho de 2010: Regulamenta a Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências.** Brasília: Presidência, 2010.

FUNASA. **Política e Plano Municipal de Saneamento Básico.** Brasília: Funasa, 2014.

FUNASA. **Manual do Saneamento.** Brasília: Funasa, 2015.

FUNASA. **Termo de Referência para elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico.** Brasília: Funasa, 2018.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **O que é saneamento básico?** Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/saneamento/o-que-e-saneamento>. Acesso em: 24 out. 2019.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO (SNIS). **Diagnóstico Anual de Água e esgoto – 2017.** Disponível em: <http://www.snis.gov.br/diagnostico-agua-e-esgotos>. Acesso em: 25 out. 2019.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO (SNIS). **Diagnóstico Anual de Resíduos Sólidos – 2017.** Disponível em: <http://www.snis.gov.br/diagnostico-residuos-solidos>. Acesso em: 25 out. 2019.

FAÇA SUAS ANOTAÇÕES AQUI

FAÇA SUAS ANOTAÇÕES AQUI



O QUE É?

É um documento obrigatório referente ao planejamento estratégico para a contratação ou concessão dos serviços de Saneamento Básico.

QUEM CONFERE SE AS METAS FORAM ALCANÇADAS?

Cada município deverá criar o conselho municipal de saneamento básico, com a responsabilidade de verificar a execução do plano pelo poder executivo municipal (prefeitura), em coordenação com o poder legislativo (câmara de vereadores).



QUAL A IMPORTÂNCIA?

O PMSB é importante para a preservação do meio ambiente; diminuição da incidência de doenças; melhoria do desenvolvimento humano e social e prevenção à saúde. O documento apresenta um estudo da situação de saneamento do município e propõe metas de curto, médio e longo prazos, com o objetivo de alcançar o acesso universal aos serviços de saneamento básico.



QUANDO O PMSB COMEÇA A VALER?

Os municípios participantes do Projeto Saber Viver, em dezembro de 2020, receberão o Plano Municipal de Saneamento Básico e a minuta do projeto de lei que orienta de criação do Plano, para aprovação pelo poder legislativo. A partir da aprovação da lei o PMSB começa a valer.



QUAL É O PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PMSB?

É de 20 anos, contido a execução das metas propostas segue a regra de urgência, classificada em:
Imediata ou Emergencial: até 3 anos
Curto Prazo: entre 4 e 8 anos
Médio Prazo: entre 9 e 12 anos
Longo Prazo: entre 13 e 20 anos



QUEM ESCOLHE QUAIS METAS SERÃO EXECUTADAS IMEDIATAMENTE?

Essa é uma decisão que será construída coletivamente pela população dos municípios participantes do PMSB, durante as audiências públicas do projeto. É assim que a vontade popular será manifestada no documento final encaminhado para a câmara de vereadores. É assim que o controle popular atua sobre o PMSB.

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO



PROJETO
**SABER
VIVER**

Construindo Planos Municipais
de Saneamento Básico - PMSBs

TED N° 08/2017



INSTITUTO FEDERAL
Rondônia



Fundação
Nacional
de Saúde



**PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL